



Ilustração de Myrian Castello – Carta Brasileira para Cidades Inteligentes – produzida na ocasião do evento Circuito Urbano 2020. Fonte: Projeto ANDUS. Disponível em <http://www.andusbrasil.org.br/> Acesso em 21 mai. 2021.

remissivos

Cidades Inteligentes

estudantes

- /// agenda 2030
- /// direito à cidade
- /// governança

Julia Cristina Castro de Carvalho
Victor Luz C. Branco de Souza

glossário de ideias recebidas

Glossários são listas de palavras com explicações chamadas *glosas*, desenvolvidos desde a Antiguidade Clássica e tornados populares a partir da Idade Média, empregados por estudiosos no trabalho de interpretação de textos, apoiando a explicação do sentido de palavras obscuras. Com o tempo os glossários tornaram-se autônomos, com diferentes formas de organização, servindo de apoio à explicação de termos específicos a determinado campo de conhecimento. § Como parte das atividades da disciplina Arquitetura e Urbanismo da Atualidade, solicitou-se aos estudantes a criação de um Glossário como forma de intervenção crítica sobre a produção contemporânea, dada a grande variedade de seus conceitos e a velocidade com a qual eles são apropriados, criticados, esquecidos e supostamente redescobertos. § Busca-se produzir um inventário das ideias em trânsito na produção atual, aproximando-se ainda do conhecido “Dicionário das Ideias Feitas” (*Dictionnaire des Idées Reçues*) de Gustave Flaubert, em que o escritor reuniu e comentou, com perspicácia e muito sarcasmo, um conjunto de jargões, lugares-comuns e ideias socialmente aceitas em seu tempo. § Entende-se que o reconhecimento dos clichês da produção atual pode servir não apenas para estabelecer um juízo crítico como também para promover sua desestabilização e apontar caminhos para novas práticas e alternativas.

atualidades-fauunb.org/glossario

Cidades Inteligentes são cidades comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural, que atuam de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovem o letramento digital, a governança e a gestão colaborativas e utilizam tecnologias para solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, garantindo o uso seguro e responsável de dados e das tecnologias da informação e comunicação.

Cidades Inteligentes

Para entender melhor o contexto de onde surgiu o termo “cidade inteligente”, deve-se levar em consideração a grande concentração de pessoas em ambientes urbanos que está marcando o século XXI. Projeções da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que as populações urbanas crescerão em mais de 2 bilhões de pessoas nos próximos 40 anos, fazendo a população global ultrapassar os 9 bilhões de habitantes. Desta população, estima-se que mais de 65% estarão vivendo em cidades em 2050.

A reflexão sobre as cidades e o desafio da expansão urbana tornaram-se temas críticos e de indiscutível relevância. Desde o final do século passado, expressões como “cidades globais” ou “cidades inovadoras, científicas e criativas” foram criadas como esforço de entendimento e de busca por direções para o enfrentamento dos problemas que envolvem a manutenção da qualidade de vida das populações urbanas. (SASSEN, 1991; SCOTT, 1998; COOKE, 2008). Mais recentemente, surgiu o conceito de “cidade inteligente”, em busca de solução para desafios trazidos pela rápida urbanização, incentivando o uso extensivo da tecnologia como meio para viabilizar o planejamento urbano. No contexto das cidades do futuro, as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) tendem a assumir papel central, na medida em que permitem coletar e fornecer dados para o monitoramento e o gerenciamento dos serviços e recursos das infraestruturas urbanas, além das possibilidades de estreitar a relação entre o poder público e os cidadãos, tornando mais acessíveis e transparentes os serviços por meio da internet (MEIER; ULFERTS; WOWARD, 2011).

Uma primeira aproximação com o termo “cidades inteligentes” certamente gera entusiasmo positivo. A conotação atribuída ao “*smart*” de *smart cities* é responsável por essa exaltação, mas não deixa de ser uma noção vaga, com promessas auspiciosas sobre o que é “engenhoso”, “inteligente” ou “sustentável”. A interpretação em torno das cidades inteligentes pressupõe desde o uso ecologicamente sustentável dos recursos da cidade até a implementação de dispositivos tecnológicos, com a finalidade de promover uma nova experiência urbana, com mais segurança e recursos tecnológicos. A amplitude de entendimentos sobre o termo gera uma compreensão vaga sobre seus sentidos, o que facilita sua ampla aceitação. Não é de espantar, assim, que a origem da “*smart city*” venha de uma estratégia de ampliação do modelo de negócios de grandes empresas de tecnologia, como a IBM e o Google, difundida posteriormente no mundo corporativo.

Deve-se questionar os interesses econômicos e políticos por trás da promoção da cidade inteligente pelas grandes empresas, que tratam a informação como uma nova mercadoria em expansão. Entendemos que o termo não pode ser discutido sem inseri-lo em uma discussão política e econômica. O cenário do neoliberalismo e uma inclinação à descentralização de gestão – ou governança – das cidades é pauta indispensável para tratar de *smart cities*. Críticos apontam a falta de conexão com os problemas reais da cidade, a tendência à dominação e vigilância da vida dos usuários e a incapacidade de considerar os cidadãos acima das corporações ou dos planejadores urbanos na tomada de decisão. Tais críticas, ainda que pouco numerosas, fizeram com que grandes empresas evitassem sua associação ao conceito, devido à falta de clareza intelectual dos argumentos.

No cenário brasileiro, os desafios do contexto urbano se apresentam de forma ainda mais intensa. O censo demográfico divulgado em 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que a população brasileira já ultrapassa 210 milhões de habitantes e aproximadamente 80% dessas pessoas vivem em ambientes urbanos. Considerando o contexto da transformação digital nas cidades, envolvendo a grande diversidade territorial brasileira e tendo em mente suas desigualdades territoriais, publicou-se em 2019 a *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes*, uma iniciativa da Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional (SMDRU/MDR), em parceria com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e com o Ministério das Comunicações (MCom), com apoio da Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ, na sigla alemã).

Segundo a *Carta*, as “Cidades Inteligentes” são cidades comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural, que atuam de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovem o letramento digital, a governança e a gestão colaborativas e utilizam tecnologias para solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, garantindo o uso seguro e responsável de dados e das tecnologias da informação e comunicação. Ainda na carta, o conceito brasileiro de “Cidades Inteligentes” pode ser complementado pelos conceitos auxiliares de “Transformação Digital” e “Desenvolvimento Sustentável”.

referências

- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Regional et. al. **Carta Brasileira para Cidades Inteligentes**. Brasília: MDR, 2019. [[↗](#)]
- COOKE, Philip. Regional innovation systems, clean technology & Jacobian cluster-platform policies. **Regional Science Policy & Practice**, v. 1, n. 1, p. 23-45, 2008. [[↗](#)]
- MEIER, Wesley J.; ULFERTS, Gregory W.; HOWARD, Terry L. Transforming city governments through IT. **The Review of Business Information Systems**, Fourth Quarter, v. 15, n. 4, 2011. [[↗](#)]
- SASSEN, Saskia. **The global city**: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- SCOTT, Allen J. **Regions and the world economy**: the coming shape of global production, competition, and political order. Oxford: Oxford University Press, 1998.